

RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO: o ideário da elite intelectual

Julia Siqueira da ROCHA¹

Tatiana Pires ESCOBAR²

Ione Ribeiro VALLE³

Resumo

Este artigo analisa, a partir da história presente, o retrocesso que o campo educacional vem sofrendo no Brasil com a ascensão da extrema-direita à presidência da República, tendo como base principalmente as falas do ex-ministro da educação Ricardo Vélez Rodríguez. Em especial, no que se refere à propagação da ideologia excludente que se instalou no Ministério da Educação. Trata-se de análise sociológica sobre a tentativa de apagamento dos incipientes avanços conquistados nas últimas décadas, sobretudo no Ensino Superior, por parcela significativa da população cuja origem de nascimento se situa nas camadas de baixa renda. Analisamos o discurso ultraconservador e obscurantista do ex-ministro, que desassocia mérito de oportunidades, o que revela o projeto elitista e antidemocrático em vigor. Demonstramos o quanto as populações historicamente excluídas resistem aos rótulos que minimizam suas capacidades intelectuais e trazemos dados quantitativos e qualitativos que revelam como o vínculo estreito entre acesso, permanência e sucesso nas universidades se relaciona às oportunidades, que por isso mesmo devem ser ampliadas, não subtraídas.

Palavras-chave: Educação. Ensino Superior. Sociologia. Ultraconservadorismo. Resistência.

¹ Possui doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2016), vinculado à linha de Sociologia e História da Educação, com estágio na Université de Strasbourg, França. Mestrado em Educação pela UFSC (2010), graduação em Pedagogia, com habilitação em supervisão escolar pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (1992). Atua como pesquisadora por meio do Grupo de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores em Santa Catarina (GPEFESC/CNPq) e pelo Laboratório de Pesquisas Sociológicas Pierre Bourdieu (LAPSB/CNPq), ambos vinculados a UFSC. Exerce a função de consultora educacional na UDESC.
E-mail: jsiqueiradarocha@gmail.com

² Possui doutorado em Educação pela UFSC (2019), vinculado à linha de Sociologia e História da Educação. Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Atua como pesquisadora por meio do GPEFESC/CNPq e pelo LAPSB/CNPq, ambos vinculados a UFSC. Atualmente é docente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal Catarinense.
E-mail: tatiana.escobar@hotmail.com

³ Possui pós-doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris (2014), doutorado em Ciências da Educação pela Université René Descartes – Paris V Sorbonne (2001), mestrado em Ciências Sociais pela UFSC (1991) e graduação em Pedagogia pela Universidade do Planalto Catarinense (1976). Atualmente é professora associada do Centro de Ciências da Educação da UFSC e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1D. Na UFSC atua na Graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação.
E-mail: ione.valle@ufsc.br

RETROCESSES IN EDUCATION: the ideal of intellectual elite

Julia Siqueira da ROCHA
Tatiana Pires ESCOBAR
Ione Ribeiro VALLE

Abstract

This article analyzes, by examining current history, the setback suffered in education in Brazil with the rise of the extreme-right to the presidency of the republic, focusing primarily in the speeches of former Education Minister Ricardo Vélez Rodríguez, mainly in what refers to the propagation of exclusionary ideology within the Ministry of Education of Brazil. It is a sociological analysis about the attempt to erase the incipient advances conquered in recent decades, especially in Higher Education, by a significant portion of the population born into the low-income population. We analyze the ultraconservative and obscurantist discourse of the former minister of education, which disassociates merit from opportunities, and which reveals the elitist and antidemocratic project underway. We demonstrate how the historically excluded populations resist the labels that minimize their intellectual abilities and present quantitative and qualitative data that reveal how the close tie between access, permanence, and success in universities is related to opportunities, which for this reason should be expanded, not reduced.

Keywords: Education. Higher Education. Sociology. Ultraconservatism. Resistance.

*Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá
E nem me colocando numa jaula
Porque sala de aula essa jaula vai virar
E nem me colocando numa jaula
Porque sala de aula essa jaula vai virar
A vida deu os muitos anos da estrutura
Do humano à procura do que Deus não respondeu
Deu a história, a ciência, arquitetura
Deu a arte, deu a cura e a cultura pra quem leu
Depois de tudo até chegar neste momento me negar
Conhecimento é me negar o que é meu
Não venha agora fazer furo em meu futuro
Me trancar num quarto escuro e fingir que me esqueceu Vocês vão ter que acostumar.
Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá
Ninguém tira o trono do estudar
Ninguém é o dono do que a vida dá
E nem me colocando numa jaula
Porque sala de aula essa jaula vai virar
E nem me colocando numa jaula
Porque sala de aula essa jaula vai virar
E tem que honrar e se orgulhar do trono mesmo
E perder o sono mesmo pra lutar pelo o que é seu
Que neste trono todo ser humano é rei,
Seja preto, branco, gay, rico, pobre, santo, ateu
Pra ter escolha, tem que ter escola
Ninguém quer esmola, e isso ninguém pode negar
Nem a lei, nem estado, nem turista, nem palácio,
Nem artista, nem polícia militar
Vocês vão ter que engolir e se entregar Ninguém tira o trono do estudar.*

“O Trono de Estudar”, Dani Black.

Para início de conversa

A música “O Trono de Estudar”, de Dani Black, foi o hino dos estudantes do Ensino Médio que ocuparam as escolas públicas brasileiras em 2016. Conhecida como Primavera Secundarista, a mobilização da juventude tinha como objetivo protestar contra a PEC nº 241, o Projeto “Escola Sem Partido” e a Medida Provisória do Novo Ensino Médio nº 47. A música foi emblemática não apenas para o movimento citado, mas por tratar-se da defesa por educação universal pública.

Quando os meninos e as meninas secundaristas reivindicam “o trono de estudar”, estão reivindicando o direito à escola, mas, mais especificamente, reivindicam o seu direito ao conhecimento, à ciência, à arte, ao esporte e à cultura produzidos pelos seus ancestrais. Não querem ser excluídos das belezas do mundo, que só poderão ser acessadas na relação dialógica que ocorre nos múltiplos espaços que compõem o ambiente escolar. Querem a dignidade promovida pelo saber, o que por extensão supõe a continuidade dos estudos no nível da formação universitária. E mais. Querem igualdade de acesso à dignidade para todos, seja “preto, branco, gay, rico, pobre, santo, ateu”.

Ademais, para esses jovens a sala de aula não é, necessariamente, representada por um modelo tradicional, com carteiras enfileiradas e gente cheia de tédio. Até uma jaula pode virar sala de aula, se a comunicação pedagógica se voltar para o processo de

humanização das futuras gerações. Essa humanização, como nos ensina Paulo Freire, é a vocação ontológica de todos os homens. Uma vocação claramente negada aos “esfarrapados do mundo”, mas também afirmada em sua própria negação. Negada na exploração, na opressão, nas injustiças e nas violências dos opressores, no entanto, afirmada no anseio de liberdade, de justiça e de luta dos oprimidos pela recuperação de sua humanidade roubada (FREIRE, 2014).

Manifestações a favor de uma educação pública universal – tal qual a Primavera Secundarista – têm se tornado cada vez mais salutareis nos últimos tempos, em especial no ano de 2019. Afinal, neste momento o campo político brasileiro fica marcado pela ascensão ao poder da extrema-direita, com uma composição ministerial de 22 homens e apenas duas mulheres. Nenhum negro ou indígena. Quarenta por cento das pastas lideradas por militares e a forte presença deste grupo ocupando posições estratégicas no segundo escalão do governo. E, além disso, metade do escalão está sendo investigado pela Polícia Federal.

Assim, pensamentos ultraconservadores vinculados às bancadas da bala, da bíblia e do boi⁴ ganharam mais espaço e poder nas decisões políticas. Este cenário assustador, que lembra os períodos sombrios da ditadura militar, não deixa incólume o campo da educação.

Temos acompanhando o crescente ataque às escolas e aos professores – com o fortalecimento da ideologia inconstitucional que fomenta o Projeto de Lei “Escola sem Partido”⁵ e outras ações que interferem diretamente no chão da sala de aula e no futuro de milhões de jovens. Junto a isto, também observamos discursos retrógrados e excludentes de representantes governamentais relacionados ao direito à educação e a outros direitos dos meninos e das meninas deste país. Discursos que beiram um anacronismo assustador e – ousamos dizer – que mais parecem uma bravata impertinente do que declarações oficiais da União.

Para melhor ilustrar o que estamos tratando neste escrito, citamos as declarações de três ministros distintos. O primeiro é Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil. Dois dias após o presidente Jair Bolsonaro assinar o decreto que facilita a posse de armas de fogo, o ministro comparou o risco que uma criança corre quando é mantida uma arma de fogo em casa ao risco de a mesma criança se acidentar com um liquidificador. Para essa autoridade, evitar acidentes é uma questão de “educação” e de “orientação”. Todavia, a utilidade doméstica de um liquidificador não pode ser comparada à finalidade que o uso de uma arma pode ter, sobretudo se estiver nas mãos de crianças ou adolescentes, que estão em fases de descobrimento do mundo, e as fronteiras entre o que pode e não pode ser feito ainda são muito tênues para eles. A recente chacina ocorrida em uma escola pública no

⁴ Trata-se da chamada Bancada BBB, reunida no Congresso Nacional do Brasil, estando alinhada à extrema-direita e ao conservadorismo. Esta bancada abrange as bancadas armamentista (da bala), ruralista (do boi) e evangélica (da bíblia).

⁵ Um conjunto diversificado de reflexões e críticas tem sido produzido sobre este Projeto de lei. A título de ilustração, destacamos a análise das suas filiações ideológicas, apresentada por Daltoé e Ferreira (2019).

município de Susano, em São Paulo,⁶ tornou evidente o quanto a fala do ministro não tem ligação com a realidade. Facilitar o acesso da população civil a armas de fogo coloca todos em condição maior de vulnerabilidade, principalmente se considerarmos a crescente cultura armamentista que ganha forças no país.

Apoiamo-nos na teoria desenvolvida pelo sociólogo francês David Le Breton (1953-) sobre as “condutas de risco” (LE BRETON, 2009) para esclarecer a questão e reforçar a necessidade de proteger crianças e adolescentes de alguns perigos. Os anos vividos na puberdade instigam jovens ao conhecimento do novo, ao desafio aos novos limites, que os levam a um flerte com o perigo, a um desejo de encontrar novos sentidos para a vida. Esses enfrentamentos que desafiam o que os incomoda, e o modo como os púberes impulsionam suas ações e manifestam suas resistências, costumam ser por meio do corpo. Em sua tenra idade, eles podem experimentar os limites da existência, esperando alcançar uma nova identidade de si e ganhar reconhecimento social, da família e dos amigos. Seus desafios podem ser expressos de várias formas e, portanto, podem colocar a prova os limites da vida.

As condutas de risco são, sobretudo, investimentos que podem se configurar em experimentos dolorosos, que marcam um ritual de passagem para as fases seguintes da vida. Não se trata de indisciplina, mas da vivência de um jogo onde o desafio, de certa forma, leva à superação de si. É um “enfrentamento com o mundo, cuja aposta não é a morte”, mas arriscar-se e permanecer vivo (LE BRETON, 2009, p. 2). Compreender os diferentes comportamentos que crianças e adolescentes podem apresentar, através do conhecimento desta teoria, não nos permite acolher qualquer iniciativa que aumente as chances de um risco eminente para a suas vidas e para toda a população, como é o caso de determinadas manifestações oficiais.

Em pronunciamento também sobre a questão de educação e violência, citamos aqui uma das declarações polêmicas de Damares Alves, chefe do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. No dia 8 de março de 2019, a ministra defendeu que a responsabilidade pela violência contra mulher se alicerça na luta pela igualdade entre gêneros. Para essa autoridade: “Enquanto os nossos meninos acharem que menino é igual a menina – como se pregou no passado, algumas ideologias – já que é igual, ela aguenta apanhar”⁷ (SANTOS, 2019). Claramente o discurso da ministra vai de encontro às reflexões, pesquisas e pautas dos movimentos sociais vinculados ao combate do feminicídio.

⁶ O Massacre de Suzano ocorreu em 13 de março de 2019, na Escola Estadual Professor Raul Brasil, no município de Suzano, no estado de São Paulo. A dupla de atiradores Guilherme Tauci Monteiro e Luiz Henrique de Castro, ex-alunos, mataram cinco estudantes e duas funcionárias da escola. Antes do ataque, num comércio próximo à escola, a dupla também matou o tio de um dos assassinos. Após o massacre, um dos atiradores matou o comparsa e em seguida cometeu suicídio. Foi a nona vez que esse tipo de crime ocorreu em escolas brasileiras.

⁷ Discurso de Damares Alves proferido em 8 de março de 2019, por ocasião do lançamento de campanha de combate a violência contra a mulher.

Um ministro na contramão da história

As investigações sobre as violências contra as mulheres, segundo dados apurados pela Organização das Nações Unidas (ONU), mostram que a taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo. Esse levantamento também mostra que de 2003 a 2013 houve um aumento de 54% nos assassinatos de mulheres negras, de 1.864 para 2.875 vítimas. Para o mesmo período, o número de homicídios de mulheres brancas diminuiu 9,8%, de 1.747 para 1.576 vítimas, demonstrando que a questão de gênero somada ao pertencimento étnico-racial agrava violências dessa ordem. O mapeamento dessas violências contra as mulheres aponta também que, no ano de 2013, 33,2% dos feminicídios registrados foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros das vítimas (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2016). Esses dados são reveladores da condição de perigo a que as mulheres estão submetidas por não terem o direito de igualdade respeitado, condição que não pode ser robustecida pelo modo de pensar da ministra.

O terceiro ministro é Ricardo Vélez Rodríguez,⁸ responsável à época pela pasta da Educação e Cultura. O colombiano protagonizou algumas declarações polêmicas e não condizentes com o órgão que representava. Em entrevista à revista *Veja*, no dia 29 de janeiro de 2019,⁹ ainda no primeiro mês de exercício no Ministério da Educação e Cultura (MEC), afirmou que brasileiro em viagem é um “canibal”. Em suas palavras, o cidadão “rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo. Esse é o tipo de coisa que tem de ser revertido na escola”. Na mesma entrevista, afirmou que “a universidade não é para todos, que ela representa uma elite intelectual, para a qual nem todo mundo está preparado ou para a qual nem todo mundo tem disposição ou capacidade”.

Para este artigo, vamos nos valer desta última declaração do ministro Vélez, de que a universidade não é para todos, ao contrário, destina-se a “UMA ELITE INTELECTUAL”. A esta declaração responderemos com o pensador francês Pierre Bourdieu que, em maio de 1978, elucidou: “Elite intelectual é o racismo da inteligência” (BOURDIEU, 1978, p. 382), numa clara crítica à ênfase atribuída ao mérito escolar em detrimento dos limites das políticas de democratização da educação.

Mesmo diante dessa clareza, podemos ponderar que de certa forma o ex-ministro Vélez expressa uma realidade histórica do país, cujas políticas afirmativas da última década tem tentado reverter. Antes de entrarmos nos dados das políticas, é preciso reavivar a memória para o fato de que a educação é um direito fundamental previsto na Constituição Federal brasileira.

⁸ No dia 8 de abril de 2019, o presidente da República o substituiu por Abraham Weintraub, um economista sem conhecimento do campo educacional e da gestão da educação, o que confirma a violência simbólica aos profissionais da educação.

⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ouca-o-brasileiro-viajando-e-um-canibal-disse-velez-rodriguez/>.

Embora a educação superior não seja obrigatória no Brasil, a obrigatoriedade do Estado de oferecer condições iguais aos brasileiros para que possam ascender aos mais altos níveis de escolarização está prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996). Este dever do Estado foi ratificado no Plano Nacional de Educação, na Meta 12, que textualmente define:

Elevar a taxa bruta de matrícula da educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

O desrespeito do ex-ministro com relação ao documento mais importante para as definições das políticas educacionais é aviltante. Beira o assédio moral aos e às profissionais de educação do país.

Além disso, definitivamente não é possível esperar que se forme “naturalmente” uma elite intelectual para assumir os bancos universitários. Defender que o Ensino Superior é para uma “casta” intelectualmente superior é uma forma de manter as desigualdades sociais e escolares que há séculos imperam no país. É acima de tudo culpabilizar o sujeito historicamente excluído pelo seu fracasso antes mesmo de oferecer condições plenas para que ele desenvolva todo o seu potencial. É, enfim, defender uma sociedade meritocrática sem reconhecer a fragilidade do mérito, tão bem exposta por Pierre Bourdieu (2015) e François Dubet (2008). Além disso, a produção de escolas de elite foi tema de profundo estudo de Pierre Bourdieu,¹⁰ que explicita:

A seleção dos que serão submetidos à ação de *formação* é em si uma ação de formação: a escola elege os mais “dotados”, ou seja, os mais dispostos em relação à escola e os melhores dotados em propriedades por ela demandadas. Ela reforça essas disposições pela *consagração* que lhes confere a própria operação de seleção que, num mesmo movimento, separa e reúne, separa pessoas semelhantes (entre elas) e reúne pessoas diferentes (das outras). Essa ação invisível é exercida sobre os “eleitos” através do efeito de designação estatutária (ou de “*noblesse oblige*”), ligada à atribuição de um lugar e de um estatuto social socialmente distinto (do comum) (BOURDIEU, 2015, p. 59, grifos no original).

Para um olhar mais apurado sobre a falácia da concepção meritocrática aplicada à educação escolar, basta analisar as estruturas das escolas destinadas a atender aos mais pobres do país. Estudo desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com o MEC, sobre as escolas alcunhadas de “maioria

¹⁰ Este artigo foi publicado pela primeira vez pela *Revue Actes de la recherche en sciences sociales*, em 1981, volume 39, número 1, p. 3-70, com o título “Épreuves scolaires et consécration sociale: les classes préparatoires aux grandes écoles”. O texto original, em francês, está disponível em: http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1981_num_39_1_2124.

Bolsa Família/PBF¹¹ – escolas em que mais de 50% dos estudantes são assistidos pelo programa –, já mostrava que as instituições de ensino que atendem majoritariamente os pobres e extremamente pobres do país são aquelas que possuem a pior infraestrutura, considerando vários critérios definidos pelo Censo Escolar.

Tabela 1 – Infraestrutura de escolas maioria PBF – média nacional

	Acesso à rede de esgoto	Acesso à água potável	Quadra de esporte	Acesso à internet	Laboratório de informática	Biblioteca	Laboratório de Ciências
Escolas nacionais	45%	69%	31%	58%	45%	35%	11%
Escola da rede pública, maioria PBF	14%	40%	12%	25%	29%	19%	2%

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013 e Sistema de Gestão do Bolsa Família. Elaborado pelas autoras, 2020.

Na Tabela 1, comparamos as bases estruturais das escolas nacionais e das escolas públicas que são maioria PBF. Observa-se que apenas 14% das escolas destinadas aos mais pobres têm acesso a redes de esgoto, enquanto a média nacional é de 45%. Em relação ao acesso à água potável, aspecto básico de saúde pública, essas escolas também estão em desvantagem: apenas 40% de sua comunidade possui água potável, enquanto a média nacional é de 69%. No quesito tecnologia, aqui contemplado pelo laboratório de informática e acesso à internet, mais uma vez as escolas dos mais pobres encontram-se em condição de inferioridade.

Os números apontados nas grandes pesquisas nacionais e internacionais também (re)afirmam o caráter segregacionista da sociedade brasileira e confirmam que os esforços até aqui empreendidos para a democratização, a despeito de sua importância, permanecem insuficientes. Confirmam também os resultados de muitos estudos, realizados por diferentes áreas do conhecimento, sobre a persistência das desigualdades escolares em solo nacional. A média de anos escolares dos brasileiros é de 7,9 anos, ainda inferior aos nove anos do Ensino Fundamental, e muito inferior aos 13 anos de escolaridade preconizada pela legislação.¹² Ademais, apenas 27,1% dos jovens pobres do país concluem o Ensino Médio. E mesmo que cumprida a lei que afirma ser obrigatória a escolarização dos quatro aos 17 anos, possuir o diploma da Educação Básica – em termos objetivos – tem significados

¹¹ Programa Bolsa Família. Depois de cinco anos investigando as regiões mais pobres do Brasil, Rego e Pinzzani (2014) constataram o quanto é relevante para as famílias em situação de extrema pobreza serem usuárias desse Programa. Estar em posse de algum dinheiro possibilita a elas um mínimo de autonomia – no sentido de possuir melhores condições para alimentar, vestir e escolher material escolar para os filhos – e cidadania. As políticas sociais públicas, sobretudo o Programa Bolsa Família, não devem, portanto, ser entendidas como assistencialismo, mas sim como uma forma de redistribuição que o Estado pode propor, visando a uma sociedade mais justa.

¹² A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 4º coloca como dever do Estado a educação escolar pública com a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio (incluída pela Lei nº 12.796, de 2013).

distintos para ricos e pobres do país, uma vez que estes últimos não colocam a universidade como um horizonte a ser alcançado em suas trajetórias escolares. Após anos de investimento escolar, tendem a procurar um alívio da pobreza por meio de um trabalho condizente com seu grau de escolaridade. Cursar a educação superior, logo após o Ensino Médio, constituiu-se uma exceção entre os mais empobrecidos, e aqueles que o fazem tendem a ocupar as vagas dos cursos menos valorizados socialmente. Situação fartamente estudada por Bourdieu e Passeron (1992), remetendo a uma longa e profícua produção de estudos na Sociologia da Educação, inclusive brasileira.

Mesmo diante das evidentes desigualdades escolares e sociais que teimam em perpetuar neste país, há um claro direcionamento dos princípios que regem a educação escolar brasileira em trabalhar para que as disparidades não sejam algo “natural”, comum no seio social. Isto posto, a declaração do ex-ministro Vélez de que as universidades brasileiras devem ser compostas por uma “elite intelectual” desconsidera não somente as profundezas das desigualdades que marcam a história da nossa escolarização e o cotidiano de milhares de brasileiros e brasileiras que sofrem o peso dessa história, como também a própria lei que pauta (ou deveria pautar!) as ações a serem perseguidas pelas políticas produzidas e implementadas pelo MEC.

Na verdade, somos inclinados a entender esta fala/ação do ex-ministro da Educação, como muito bem expressou Darcy Ribeiro (1986, p. 20) sobre o problema da educação brasileira, como uma consequência do fato de que “a crise educacional do Brasil, da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa”.¹³ Sendo assim, as declarações do ex-ministro estão coadunadas com um desejo de barrar os avanços realizados, em especial na última década, que trouxe negros, indígenas e gente das origens mais simples da sociedade para dentro das universidades, o que pode ser observado principalmente na educação superior pública, alterando os matizes de programas e cursos universitários.

Um conjunto de políticas públicas como Programa Universidade para Todos (PROUNI), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Bolsas e Programa de Financiamento Estudantil (FIES) respondeu pelo acesso ao Ensino Superior de maneira nunca vista anteriormente no Brasil. Ou, numa linguagem sociológica clássica, podemos observar o ingresso no Ensino Superior de pessoas despossuídas dos diversos capitais elucidados por Pierre Bourdieu. Gente cuja combinação de capitais econômico, cultural e simbólico¹⁴ estava muito aquém do perfil costumeiramente ingressante nas universidades, gente que pertence a famílias que acumulam fracasso escolar por gerações.

Este registro nos parece extremamente pertinente, pois, para Bourdieu e Passeron (2014), quanto maior for o volume de capital cultural familiar, em seu sentido geral,

¹³ Antropólogo brasileiro que dedicou boa parte da vida à educação e assim se pronunciou na 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1977.

¹⁴ Pierre Bourdieu desenvolve o conceito de “capital”, abrangendo diversas modalidades, como uma categoria de análise que permite observar as condições desiguais dos agentes sociais, neste caso, dos recém-chegados ao mundo universitário.

maiores serão as chances de êxito escolar dos descendentes. As crianças que acumulam êxitos escolares são favorecidas culturalmente desde seus lares/entorno e chegam à escola conhecendo melhor os seus códigos. Desse modo, conseguem mobilizar estratégias de sucesso para se adaptar à cultura que a escola lhes impõe. Assim, a combinação desses capitais e, em especial, o capital cultural familiar, são fatores relevantes para o sucesso ou insucesso na educação formal. Por isso é tão relevante quando esta lógica é quebrada, trincada, estilhaçada por alguém oriundo de um contexto geracional de fracasso que adentra o mundo acadêmico. Exceções como essas acontecem quando os alunos observam casos de bom desempenho em trajetórias escolares, ou quando as experienciam e, muitas vezes graças a estratégias familiares, vão desenvolvendo práticas que aumentam suas chances de obter sucesso escolar. Investem em percursos, mesmo que de modos variados, de acordo com as possibilidades reais de cada um, para romper com a “sina escolar” (ACCARDO, 1997) típica dos estudantes provenientes de meios sociais desfavoráveis.

A divulgação de notícias nas redes sociais demonstra com clareza que o mérito do ingresso à universidade vincula-se a oportunidades. As mesmas notícias demonstram o estranhamento social de ver as gentes simples “chegando lá”. Essas notícias corroboram pesquisas focadas nas ações afirmativas e no ingresso no Ensino Superior, como as de Von Dentz (2016), Martins (2013) e Sato (2018). Elas explicitam o quanto o mérito pessoal é uma farsa, posto que os grupos excluídos, aqueles que nunca “chegam lá”, subvertem a história quando recebem algum tipo de oportunidade, muitas vezes oportunidades bem aquém do que recebem pessoas oriundas de estratos com maiores volumes de capitais e que, ainda assim, com menos recursos, chegam ao Ensino Superior e lá produzem uma trajetória de sucesso.

Elencamos algumas dessas notícias para ilustrar nossa argumentação. É pertinente destacar que os casos aqui selecionados somente foram veiculados em razão da sua raridade. É raro ter estudante detento nas universidades, sobretudo em um país que ainda é assombrado pela concepção vingativa e recorrente de “justiça”, segundo a qual “bandido bom é bandido morto”. Assim como é raro um jovem pobre – que ganha a vida limpando banheiros utilizados pela elite econômica – vir a ocupar uma alta posição dentro das hierarquias profissionais (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Mais raro ainda é ter indígena passando em vestibular para o curso de Medicina. E foi a raridade de suas trajetórias que levou Guilherme Nobre, o jovem pobre, Luís Gustavo, o detento, e Dyakalo Foratu Matipu, o indígena, a ficarem sob os holofotes da imprensa nos primeiros meses de 2019.

O primeiro, Guilherme, foi aprovado em Medicina na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Antes disso, ficou por dois anos limpando banheiro do cursinho em troca de uma bolsa de estudos (DUNDER, 2019). Programas como o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o ENEM foram dois dispositivos utilizados por Guilherme para ampliar suas chances – inicialmente tão raras – de adentrar o mundo universitário e romper com sua “sina escolar” (ACCARDO, 1997).

Estas políticas possibilitaram que o estudante concorresse a vagas em mais de uma universidade ao mesmo tempo, aumentando suas chances de acessar o Ensino Superior, por não haver preocupações com a logística financeira que envolve a inscrição em vestibulares tradicionais. Desta forma, os estudantes mais pobres conseguem ao menos disputar vagas universitárias com os filhos da elite econômica.¹⁵

O segundo caso é o de Luís Gustavo. Condenado por tráfico, hoje é um dos 12 reeducandos do sistema semiaberto de Bauru, em São Paulo, que frequenta o Ensino Superior fora do presídio. Deste total, nove conquistaram suas vagas pelo ENEM, aplicado dentro das unidades prisionais. E também porque tiveram a chance de finalizar o Ensino Fundamental e Médio naquele mesmo espaço (PAIS, 2019).

Luís Gustavo cumpriu pena durante seis anos no sistema fechado e mais dois anos no sistema semiaberto. Ele foi o primeiro detento do Centro de Progressão Penitenciária 1 (CPP1) a chegar à universidade. Hoje, está no terceiro ano do curso de Direito e trabalha na lanchonete do seu *campus*. Outros companheiros de cela seguiram seu exemplo e optaram por dar continuidade aos estudos como forma de reinserção social (PAIS, 2019). A história de Luís Gustavo lembra que a morte compulsória de bandidos negros e pobres, tão desejada por uma sociedade nada cordial como a nossa (SOUZA, 2015), está na contramão da sociedade almejada pelas ideias mínimas de civilização. E, mais uma vez, constatamos que a fala do ex-ministro da Educação também fere essas ideias, no momento em que defende o contrário, que não é todo e qualquer ser humano que tem o potencial – que está à altura – para ocupar os bancos universitários.

Políticas que propiciam o acesso à educação formal aos considerados marginalizados, além de caminhar rumo a uma sociedade mais equitativa, também contribuem para a queda dos índices de violência e de população prisional. Quando há tratamento digno aos prisioneiros e chances de ressocialização, por meio da educação e do trabalho, a probabilidade de retorno ao crime cai substancialmente. Assim como o inverso também é verdade. Quando há tratamento desumano aos “bandidos”, quando todo o sistema reafirma sua condição de dejetos humanos (BAUMAN, 2005), é quase inevitável sua reincidência na criminalidade.

A terceira história que contamos é a do indígena Dyakalo Foratu Matipu, conhecido como Foratu, que passou em primeiro lugar para o curso de Medicina em vestibular promovido pela Universidade Brasil, realizado em sua aldeia, Kuikuro, no Alto Xingu, Estado de Mato Grosso. Além disso, o jovem obteve o primeiro lugar para o curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Importante destacar que Foratu saiu de Kuikuro com o objetivo de aprender sobre saúde para poder voltar e cuidar de sua aldeia (BORGES, 2019).

O que essas histórias têm em comum, além do sucesso acadêmico alcançado por trajetórias improváveis, é o fato de que todos se beneficiaram de políticas que respeitam os

¹⁵ Antes de SISU e ENEM, as chances para esta disputa eram praticamente inexistentes.

princípios básicos de justiça social previstos na legislação brasileira. Evidentemente, não desconsideramos o esforço de cada um dos protagonistas dessas histórias para a conquista de uma ou mais vagas nas instituições de Ensino Superior, mas conjuntamente – ou até antes – do citado mérito, estavam as políticas que contribuíram para que o esforço de cada um pudesse realmente ser testado. Na educação brasileira, grandes contingentes de universitários são verdadeiros sobreviventes de um sistema montado para eliminar. Suas experiências caracterizam o que Bourdieu (2017) considera “miraculoso”. Esses milagres acontecem quando estudantes das camadas sociais desprivilegiadas alcançam níveis elevados de estudo, sobretudo em universidades renomadas. Nesse sentido, quanto mais improvável é que alguns cheguem a essas instituições, maior é considerado o milagre para uma sociedade que costuma não reconhecer a intensidade das desigualdades sociais como fator que limita a ascensão social.

SISU e ENEM foram essenciais para Guilherme poder concorrer a vagas em distintas universidades renomadas. Luís Gustavo aproveitou o fomento de políticas educacionais nos presídios brasileiros para provar que bandido bom é bandido ressocializado. Já Foratu nos brinda com mais uma história de resistência do povo indígena, a partir do momento em que faz uso de um dos poucos programas federais que atendem ao direito desta população de acessar o Ensino Superior.

A alta aprovação dos estudantes provindos de escolas públicas também é resultado de investimentos em políticas inclusivas de acesso ao Ensino Superior. Conforme previsto pela Lei Federal nº 12.711, de agosto de 2012, 50% das vagas de Universidades Federais são destinadas aos estudantes que concluíram o Ensino Médio integralmente na rede pública ou obtiveram certificação do ENEM ou do sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na última edição do Vestibular 2019 da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 51% dos aprovados eram oriundos das escolas públicas. Mas, mais do que isso, cinco instituições públicas estão entre as 10 que mais aprovaram no Vestibular UFSC 2019. Entre as cinco, quatro são ligadas às redes federais, a saber: Instituto Federal de Santa Catarina, *campus* Florianópolis e São José; Colégio de Aplicação da UFSC; e Instituto Federal Catarinense, *campus* Camboriú (SOUZA, 2019). E isto não acontece por acaso.

Os Institutos Federais – criados em 2008 – são exemplos de que investir na educação dos mais pobres promove toda a sociedade. Estruturados para receber preferencialmente os estudantes residentes de locais distantes de grandes centros,¹⁶ os Institutos Federais têm se destacado nas avaliações formais de ensino, no desenvolvimento

¹⁶ Para maiores informações sobre a missão e as estruturas dos Institutos Federais, indicamos o texto de Eliezer Pacheco: “Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica”, disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013531.pdf> e também a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

de pesquisas e no campo da ciência.¹⁷ O sucesso dos alunos dessas instituições está atrelado à boa estrutura física de que dispõem, ao investimento na formação dos seus docentes e seu corpo técnico, além das atividades de extensão e de pesquisa que executam.

Os resultados em investimento na educação dos sujeitos marginalizados são um contra-argumento forte à concepção retrógrada e assustadora de que a universidade é um campo destinado à elite intelectual. Os marginalizados, também reconhecidos como minorias, são os pobres, os negros, os indígenas, os presidiários, os quilombolas, os deficientes e mais uma gama de sujeitos que veem suas chances de ascender social e profissionalmente diminuir quando discursos como o de Véléz começam a ganhar forma nas políticas e nos investimentos dentro do campo educacional. Uma ideia que desconsidera as diferenças históricas entre os grupos sociais e faz com que o sujeito incorpore a culpa pelo seu fracasso, como demonstra a pesquisa de Rocha (2016), corroborada por outros estudiosos do tema.

Quando o Estado cumpre com seu dever de oportunizar a todos as mesmas chances em educação, os resultados são evidentes. Eles se revelam no sucesso de Luís Gustavo, de Guilherme Nobre e de Dyakalo Foratu Matipu. Por meio das políticas de cotas, os índices de jovens negros ocupando os bancos universitários vêm aumentando, como podemos ver através do Censo do Ensino Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que aponta que, de 8 milhões de matrículas no Ensino Superior no ano de 2011, 11% se referiam a alunos autodeclarados pretos ou pardos. No ano de 2016, o percentual de matrícula dos estudantes negros subiu para 30% (SISTEMA, 2018). Com a abertura para uma democratização do acesso às universidades, mais narrativas de sucesso escolar, que antes não seriam possíveis de acontecer, passam a registrar mudanças na história deste país. Foi o que aconteceu com Dorival Santos,¹⁸ ex-catador de lixo e beneficiário do Bolsa Família, que conseguiu doutorar-se em Linguística pela UFSC; da escola de cegos que comemorou a aprovação de nove alunos no ENEM de Goiás;¹⁹ ou, ainda, da aprovação em Medicina dos irmãos Evandro e Fagner, pertencentes à comunidade Quilombola Invernada dos Negros.²⁰

¹⁷ Cf. “Apesar de cortes, Institutos Federais lideram nota do Enem em 14 Estados”, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/01/1950323-apesar-de-cortes-institutos-federais-lideram-notado-enem-em-14-estados.shtml>; “Rede Federal é destaque na principal avaliação da educação básica do mundo”, disponível em: <https://www.ifb.edu.br/reitori/12838-rede-federal-e-destaque-na-principal-avaliacao-da-educacao-basica-do-mundo>; “A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional”, disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2434>.

¹⁸ Cf. Disponível em: <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2018/05/ex-catador-de-lixo-concluidoutorado-em-florianopolis-10338449.html>.

¹⁹ Cf. Disponível em: <https://www.op9.com.br/al/noticias/escola-para-cegos-comemora-aprovacao-de-nove-alunos-noenem-em-alagoas>.

²⁰ Cf. Disponível em: <http://www.jornalceleiro.com.br/2019/02/quilombolas-comemoram-aprovacao-no-curso-demedicina>.

A título de reflexão final

Ciente da cruel desigualdade escolar e social que caracteriza este país, movimentos sociais das mais variadas linhas se mobilizam há décadas para reivindicar políticas equitativas de acesso ao Ensino Superior, lutam pelo “trono de estudar”, como lembra a letra da canção que abre este artigo. Em resposta a essas lutas, várias ações estatais foram promovidas na tentativa de amenizar as consequências históricas da exclusão. Entre elas, podemos citar a interiorização e expansão das Universidades Federais e dos Institutos Federais e o aumento das políticas de cotas. Apesar desses esforços, a igualdade de oportunidade ainda está por ser conquistada pela sociedade brasileira. Ou seja, a promessa de construção de uma escola e de uma universidade o mais justas possível permanece como horizonte de professores, pesquisadores e gestores. Cada vez mais se torna evidente que sem a constituição, organização e valorização de uma escola para o povo, de uma escola para as massas, as desigualdades não serão eliminadas. Em outras palavras, a escola pública, mesmo com todas as dificuldades que enfrenta, ainda se constitui em um dos pilares, talvez o mais importante, para seguirmos caminhando em busca de um mundo mais equitativo e justo.

A indicação de um ministro da Educação com esse pensamento é um flagrante de assédio moral a toda a categoria profissional do magistério brasileiro, com suas declarações coadunadas com um desejo de barrar os parques avanços, com o objetivo claro de que o capital escolar não seja redistribuído para as classes menos favorecidas. É este um reflexo objetivo das políticas introduzidas com a chegada da extrema-direita ao poder, as quais expressam a violência simbólica, nos termos de Bourdieu, na qual está submerso o campo educacional brasileiro.

Como pesquisadoras do campo da educação, nosso papel é “denunciar, registrar fatos da história presente cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos” (RIBEIRO, 1986, p. 20). Seguiremos desvelando a falácia de que a escolarização superior formal deva pertencer a uma elite intelectual; seguiremos demonstrando que, mesmo diante de escassas oportunidades, o povo responde com resistência, com o ingresso e o sucesso no meio acadêmico, fato que muda significativamente o quadro de justiça social.

Referências

- ACCARDO, A. Sina Escolar. In: BOURDIEU, P. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 595-611.
- BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BORGES, F. Indígena passa em 1º lugar para medicina após vencer preconceitos e dificuldades para se alfabetizar em MT. *G1: notícia*. Alto Xingu, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/02/23/indigena-passa-em-1o-lugar-paramedicina-apos-vencer-preconceitos-e-dificuldades-para-se-alfabetizar-em-mt.ghtml>. Acesso em: 1 maio 2019.

- BOURDIEU, P. Colóquio do MRAP, maio de 1978, *Cahiers Droit et Liberté* (Races, sociétés et aptitudes: apports et limites de la science). 1978.
- BOURDIEU, P. Provação escolar e consagração social. As classes preparatórias para as grandes escolas. Tradução de Tiago Ribeiro Santos e Silvana Rodrigues de Souza Sato. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 8, n. 15, p. 19-120, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/3665/3126>. Acesso em: 1 abr. 2019.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Tradução Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Brasília, DF: INEP, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- DALTOÉ, A. da S.; FERREIRA, C. M. Ideologia e filiações de sentido no Escola sem Partido. *Linguagem (dis)curso*, v. 19, n. 1. Tubarão, jan./abr. 2019, p. 209-226. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322019000100209&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#fn8. Acesso em: 17 maio 2020.
- DUBET, F. *O que é uma escola justa? A escola das oportunidades*. São Paulo: Cortez, 2008.
- DUNDER, K. Aluno paga cursinho com faxina por 2 anos e passa em medicina na USP. *R7: Educação*. Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/alunopaga-cursinho-com-faxina-por-2-anos-e-passa-em-medicina-na-usp-14022019>. Acesso em: 21 mar. 2019.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- LE BRETON, D. *Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- MARTINS, F. S. *Quando os “degradados” se tornam “favoritos”*: um estudo de trajetórias de estudantes do pré-vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina ingressos em cursos de maior demanda. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução*. Direitos Humanos. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionaisbuscam-solucao/>. Acesso em: 9 abr. 2019.
- PAIS, S. Detento chega à universidade, incentiva colegas de prisão a voltar a estudar e pede “segunda chance”. *G1: notícia*. Bauru, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/baurumaria/noticia/2019/03/16/detento-chega-a-universidade-incentiva-colegas-de-prisao-avoltar-a-estudar-e-pede-segunda-chance.ghtml>. Acesso em: 1 maio 2019.
- REGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.
- RIBEIRO, D. *Sobre o óbvio*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ROCHA, J. S. *Castigo e Crime: Adolescentes criminalizados e suas interações com as condutas de risco, a educação e o sistema de justiça*. Florianópolis: Insular, 2016.
- SANTOS, J. Damares critica luta por igualdade de gênero: “enquanto acharem que menino é igual menina, já que é igual, ela aguenta apanhar”. *Metro Jornal: foco*. 2019. Disponível

em: <https://www.metrojornal.com.br/foco/2019/03/08/damare-igualdadegenero-apanhar.html>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SATO, S. R. *Movimentos de democratização do acesso: análise do perfil dos inscritos e classificados à Universidade Federal de Santa Catarina em perspectiva longitudinal (2001-2015)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SISTEMA de cotas no Ensino Superior completa seis anos: Nas universidades, 50% das vagas são destinadas a quem estudou em escolas públicas, com divisão por renda e raça. Em concursos públicos federais e do judiciário também há política semelhante. Governo do Brasil. 29 ago. 2018. *Educação & Ciência*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2018/08/sistema-de-cotas-no-ensinosuperior-completa-seis-anos>. Acesso em: 1 maio 2019.

SOUZA, E. *Estudantes da rede pública conquistam aprovação significativa no Vestibular UFSC*. Notícias da UFSC: Comunidade. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2019/03/em-producao-vestibular-2019-alunos-da-rede-publica-deensino>. Acesso em: 24 mar. 2019.

SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

VON DENTZ, S. R. *Vozes das mulheres negras cotistas da Universidade Federal de Santa Catarina (2010-2014)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Recebido em: 14/05/2020

Aprovado em: 15/07/2020